



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS I CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LUCAS DA SILVA PAIVA

**BNCC E O DISCURSO NEOLIBERAL, COMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA NO GOVERNO DE MICHEL TÊMÉR (2016-2018)**

CAMPINA GRANDE 2022

LUCAS DA SILVA PAIVA

**BNCC E O DISCURSO NEOLIBERAL, COMPLICAÇÕES PARA O ENSINO
DE HISTÓRIA NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de História
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciado em História.

Área de concentração: Ensino
de História

Orientador: Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior

CAMPINA GRANDE 2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P149b Paiva, Lucas da Silva.
BNCC e o discurso neoliberal, complicações para o ensino de história no governo de Michel temer (2016-2018) [manuscrito] / Lucas da Silva Paiva. - 2023.
47 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior , Departamento de História - CEDUC. "
1. Neoliberalismo. 2. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. 3. Ensino de história. 4. Capital humano. I. Título
21. ed. CDD 372.89

LUCAS DA SILVA PAIVA

BNCC e o discurso neoliberal, complicações para o ensino de história no governo de Michel temer (2016-2018)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: Ensino de História

Aprovada em: 08/12/2022.

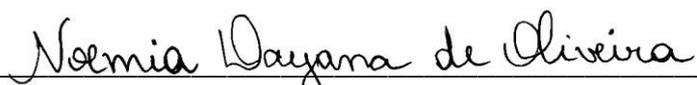
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Noemia Dayana de Oliveira

Ao meu pai, pela dedicação,
Companheirismo e amizade, DEDICO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IF	Itinerário formativo
MP	Medida Provisória
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 NEOLIBERALISMO E A BNCC.....	10
2.1 NEOLIBERALISMO	15
3 EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	24
3.1 NEOLIBERALISMO E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DA BNCC	26
4 O ENSINO DE HISTÓRIA.....	32
5 CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS	44

BNCC E O DISCURSO NEOLIBERAL, COMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2018)

BNCC AND THE NEOLIBERAL DISCOURSE, COMPLICATIONS FOR THE TEACHING OF HISTORY IN THE GOVERNMENT OF MICHEL TEMER (2016-2018)

Lucas da Silva Paiva¹

RESUMO

O mundo enfrenta várias mudanças com a influência do neoliberalismo principalmente no campo educacional, no Brasil no período de mudança de governo após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o seu vice Michel Temer ao assumir o poder elabora várias mudanças uma delas é o estabelecimento na educação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Através das leituras de (Laval P. D., 2016), (Jr R. C.,2019), (Rosa, 2009), e da Base nacional (Brasil, 2017) e da proposta estadual (Paraíba, 2021), se fara a leitura da BNCC e a influência do neoliberalismo, principalmente no ensino de História, identificando uma super concorrência na procura do capital humano e suas consequências, como o possível anulamento da disciplina histórica por conta da sobrevivência no mercado de trabalho, uma sobrecarga de informações apontando uma falta de criticidade pelo anulamento da disciplina histórica.

Palavras-chave: Neoliberalismo; BNCC; Ensino de História; Capital Humano.

ABSTRACT

The world faces several changes with the influence of neoliberalism mainly in the educational field, in Brazil in the period of change of government after the impeachment of President Dilma Rousseff, her vice Michel Temer, when assuming power, makes several changes, establishing the National Common Base in education Curriculum (BNCC). Through the readings of (Laval P. D., 2016), (Jr R. C.,2019), (Rosa, 2009), and the national base (Brazil, 2017) and the state proposal (Paraiba, 2021), the BNCC will be read and the influence of neoliberalism, mainly in the teaching of History, identifying a super competition in the search for human capital and its consequences, such as the possible annulment of the historical discipline due to survival in the labor market, an overload of information pointing to a lack of criticality by the annulment of the historical discipline.

Keywords: Neoliberalism; BNCC; History Teaching; Human Capital.

¹ Graduando em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: lucasnatalensesilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2015 abriu-se uma discussão sobre a melhoria da educação brasileira e em um evento no dia 20 de dezembro de 2016 o então Presidente Michel Temer², junto com a sua cúpula de ministros, notadamente o Ministro da Educação José Mendonça Filho, ressalta a importância das mudanças que desde 2015 vinham sendo apontadas como “necessárias”. Em meio a questões políticas complicadas, com um recente golpe midiático e jurídico sobre a Presidente Dilma, que na época contava com Michel Temer como seu vice-presidente, se observa uma tensão enorme sobre as possíveis mudanças não só na educação, mas também nas outras agendas do governo, acentuando as questões retratadas neste clima de mudanças brutas no governo brasileiro.

Tais mudanças estariam consubstanciadas no caso da área da educação no que viria a ser a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Naquela ocasião, mais uma vez Temer comportou-se de forma garbosa junto aos ministros. Ali, desde os primeiros momentos em que se passava a constituir o discurso sobre a BNCC, isso se deu sob o mantra de uma “solução” para o déficit educacional. Isto, por sua vez, somente foi possível a partir de uma lógica marcadamente empresarial.

Se em outros momentos da história da educação no Brasil o discurso neoliberal teve o seu lugar e incidiu na reconfiguração do currículo de História, fica patente que de 2015 para cá esse tipo de incidência ganhou contornos bastante significativos, considerando-se as transformações e “crises” pelas quais têm passado as instituições brasileiras, o sistema econômico global e sua interferência na periferia do capitalismo.

Naquela circunstância diferentes atores da sociedade civil também estiveram presentes, compartilhando com o empresariado e a cúpula da imprensa nacional a grande novidade: a “salvação” econômica brasileira. Exemplo disso foi a presença da Fundação Lemann³, organização voltada para a área educacional que compartilha em

² Michel Miguel Elias Temer Lulia é um advogado, professor, escritor e político brasileiro, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro. Foi o 37.º presidente do Brasil, de 31 de agosto de 2016 a 1 de janeiro de 2019, empossado após o impeachment da titular, Dilma Rousseff.

³ É uma organização de filantropia familiar que seu dono é considerado pela Forbes, com maior poder aquisitivo do país, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado. Atua em dois pilares estratégicos, Educação e Lideranças, Apostasse em dois momentos importantes da mesma trajetória: pessoas com formação educacional de qualidade que podem se tornar líderes preparados e engajados para contribuir com o desenvolvimento do país.

suas redes sociais digitais um conjunto de informações sobre o que seria a BNCC. Entre seus materiais destaca-se a produção de uma cartilha eletrônica que explica tal novidade para a comunidade interessada nessas mudanças. Aquele momento de festa e certo glamour na esfera política e midiática seria gerador de transformações que já começaram a se efetuar nas vidas das pessoas menos favorecidas da sociedade, notadamente os jovens escolarizados.

Partindo de uma cena política como a descrita acima, as páginas seguintes sistematizam uma análise que parte do seguinte problema de pesquisa: como o discurso neoliberal provocou mudanças no ensino de história por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil? Para a construção da análise, constrói-se um desenho que parte do panorama nacional e internacional, para mapear as transformações pelas quais passam o capital e o sistema educacional na contemporaneidade e, posteriormente, delimitar e circunscrever um caso específico: o da Paraíba. Deste modo, a partir de um raciocínio dedutivo e ancorado em pesquisa documental e bibliográfica, constrói-se uma análise sobre as transformações que o currículo de História vem sofrendo nos últimos anos e a que condições de possibilidade isso se relaciona.

Metodologicamente a pesquisa mobiliza as seguintes fontes documentais: a Medida Provisória 746 que depois viria a ser transformada em lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017; entrevistas coletadas em sites especializados que acompanharam os eventos que marcaram a tramitação do projeto, permitindo mapear o caminho da implementação da BNCC; folheto da Rede Pitágoras⁴; a Proposta Curricular do Estado da Paraíba, permitindo indicar os traços e escolhas que se relacionam com a apropriação local do discurso educacional que constitui a BNCC nacional.

Como professor que sou, compartilho daqueles que vêm notando as percepções das juventudes em contexto escolar sobre essa mudança ocasionada pela BNCC no currículo e no modo de fazer a educação como política pública de Estado. De lá para cá alguns dias complicados vêm se somando no cotidiano dos jovens, algo que se expressa em frases como: “estou muito cansado”; “a escola está exigindo muito de mim” etc. Além disso, a forte vinculação “necessária” entre escola e mercado de trabalho também provoca alterações no cotidiano escolar e na trajetória

⁴ A Rede de Ensino Pitágoras está voltada para o desenvolvimento dos professores, lideranças educacionais e alunos, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Os primeiros passos da Rede Pitágoras foram dados na década de 60, em Belo Horizonte (MG).

individual. Com isso a relação entre a educação e a possível preocupação com o futuro no mercado de trabalho traz questionamentos importantes para serem estudados dentro da História da educação brasileira.

O que se aponta diante dessas mudanças ao decorrer de todo o desenvolvimento educacional é a estrutura da sociedade que no século XXI apresenta outra forma de produção educacional, o que indica outras formas de constituição da subjetividade de crianças, adolescentes, jovens e adultos em contexto de escolarização. A educação, como sempre, tem a ver com a formação de sujeitos. Daí valer a pena perguntar, sobre que sujeito da educação o discurso neoliberal que articulou a BNCC quer criar?

Para tanto, em termos teórico-metodológicos mobiliza-se as ferramentas da análise do discurso em Pierre Dardot e Cristian Laval, acionando conceitos como “discurso”, “governamentalidade” e “subjetividade” como categorias centrais para a interpretação que este trabalho constrói. Compreende-se o discurso como prática que não somente representa ou reproduz, mas constrói sujeitos, sentimentos, sensibilidades, formas de percepção e atuação no mundo e na vida. O discurso não se reduz nem ao ato de fala nem a uma elaboração mental, mas é uma prática produzida histórica e socialmente para delimitar e circunscrever formas de vida e formas de tornar-se humano na cultura (LAVAL, 2016). Outro conceito que será debatido é o “neoliberalismo” por Perry Anderson (Anderson, 1995) e os autores indicados anteriormente.

A análise sobre as transformações ocasionadas pela agenda neoliberal no currículo de história está organizada em três seções, em que se faz os seguintes movimentos de análise: a) contextualização histórica e conceitual do neoliberalismo e suas facetas dentro da sociedade atual, trazendo reflexões sobre seus desdobramentos e interferências em várias áreas da vida humana; b) delimitar os principais aspectos que evidenciam a influência do neoliberalismo na educação, caracterizando os passos que o materializaram na BNCC na configuração de um novo sujeito empresário de si mesmo; c) problematizar e repensar o ensino de História e sua importância na formação humana, caracterizando as interferências diretas do neoliberalismo nessa disciplina em particular.

Deste modo, embora o trabalho não tenha mobilizado estratégias metodológicas de pesquisa-participante, por meio das quais os jovens poderiam ter

as suas vozes escutadas e problematizadas, acredita-se que por meio da análise de documentos e pronunciamentos oficiais este primeiro gesto investigativo seja suficiente para um estranhamento sobre os modos como “competência” e “cansaço” tem se misturado nas rotinas que dão a ver e fazem ler um novo jeito de fazer a educação pública, com os seus efeitos e contradições que lhe são inerentes.

2 NEOLIBERALISMO E A BNCC

Para se entender o que se passa no Brasil e, principalmente, em relação às medidas trazidas no campo da educação, será preciso fazer uma rápida *recapitulação* sobre o pensamento neoliberal e sua lógica que nunca foi exclusivamente econômica, mas que da segunda metade do século XX para cá vem apropriando-se e exercendo controle sobre múltiplas esferas da vida social, ocasionando uma reestruturação, pois passa da base como produção em série do capitalismo para a produção relacionada a demanda e ao consumo.

As necessidades sociais apresentadas pela crise do capital mais recentemente com os efeitos provocados pela crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos, se mostram como o ponto importante para tal regime se instalar mundialmente. Isso permite manter o que se coloca como a necessidade de busca de capital e satisfação de liberdade econômica. Neste sentido, a educação entra como campo de disputa e instrumentalização para determinar uma nova realidade a ser construída por meio das articulações do neoliberalismo.

A educação no Brasil desde 1980 adentra em um sentido diferente, retratado por (Bittencourt, 2008) que retrada os caminhos das propostas curriculares para o ensino de História até os momentos atuais, e através dessa nova BNCC os caminhos se tornam recorrentes das propostas curriculares anteriores, como os PCNs e a LDB, que foram importantes instrumentos curriculares que tiveram sua participação para a nova forma de ensino com a necessidade de reformulação e adaptação para as necessidades econômicas mundialmente formadas, como comenta a autora: “O movimento de reformulações curriculares dos anos 90 decorre da nova configuração mundial, que impõe um modelo econômico para submeter a todos os países a lógica de mercado” (Bittencourt, 2008, p101)

A BNCC, por sua vez, emerge em meio a disputas sobre a eficiência da educação, principalmente a pública e gratuita. No Brasil se instala uma visão empreendedora da educação desde dos anos 90, mas seus efeitos mais devastadores e que nos chamaram atenção serão efetivados nos anos de 2016 a 2018, em razão do Golpe midiático, empresarial e parlamentar ocorrido em agosto de 2016 com a deposição da Presidenta Dilma Rousseff por meio de um fraudulento processo de impeachment. A partir daí o campo da educação passará a ser objeto de reformas e tensões que resultaram na constituição da BNCC não nos moldes apresentados ainda durante o governo petista em sua primeira versão, mas em uma chave neoliberal que será retomada pelos moldes de 1990⁵

Este trabalho busca-se inserir no campo de estudos da Educação e do Ensino de História para fazer pensar sobre como o contexto brasileiro tem sido influenciado pelo sistema econômico internacional e a ordem neoliberal, o que tensiona a produção de um indivíduo para uma lógica de mercado. A educação praticada por meio desta lógica trabalha na perspectiva de formar “sujeitos competentes”, “adaptáveis” e “flexíveis” para as necessidades do tempo presente.

Conforme Laval (2016) refleti, se entende o governo neoliberal como um discurso, uma espécie de racionalidade diferente do liberalismo clássico e do “Novo Liberalismo”, pois este tem sua intencionalidade na construção da “sociedade de mercado”, que seria a busca pela sobrevivência por meio da competitividade através da busca do “capital humano”. Sociedade está que é influenciada não só na economia, mas as demais áreas em que o indivíduo atua, a exemplo da educação.

A concepção do neoliberalismo se conecta à educação na perspectiva da sociedade de mercado com a proposta de construção de uma mentalidade de “concorrência”, que enxerga o sujeito como empresa, este que empreende o capital humano que segundo Susel Oliveira da Rosa:

” capital” é tudo que pode ser, de uma maneira ou outra uma fonte de renda futura{...} nada mais é do que o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar esse ou aquele salário. Sendo assim, o trabalho comporta uma aptidão{...} é uma “maquina”. (Rosa, 2009,p378)

⁵ Membros da equipe do PSDB que haviam iniciado o debate sobre as referências nacionais curriculares, dando origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais ao final dos anos 1990, retornaram a postos-chaves do Ministério da Educação, agora tendo como ministro José Mendonça Filho (Freitas, 2018).

Desta forma, se faz pertinente refletir como a educação foi instrumentalizada para se revestir de tal discurso, como uma forma reguladora e comum a todo território brasileiro. Todavia, a fim de contextualizar tal cenário se faz necessário trazer para o centro desta reflexão as medidas tomadas pelo governo Michel Temer, com o apoio do “administrador” do Ministério da Educação, José Mendonça Filho.

Tais medidas têm como foco o mundo empresarial, além de provocar mudanças impactantes como a exclusão/diminuição de carga horária referente ao ensino de História na educação básica. Isso condiciona diretamente o próprio ensino de História, homogeneizando a disciplina com as outras Ciências Humanas e Sociais. Isso dificulta a forma de ensino e sua aplicação através da formação do professor e a necessidade do aluno em relação ao trabalho subjetivo e temporal.

A partir desta lógica, compreende-se a vida como experiência de concorrência. Uma das questões trazidas pelo neoliberalismo, além da concorrência seria uma possível falta de um futuro, a incerteza do indivíduo em relação ao mercado de trabalho. Diante disso, apresenta o critério da “flexibilidade” como condição para viver em sociedade, fazendo com que o indivíduo se adapte às necessidades atuais, sem questioná-las. Em tal circunstância a educação vai se colocar à disposição para esta formação “adaptável” e “flexível” para que o indivíduo se capacite para enfrentar a concorrência de mercado.

Diante deste contexto, a problemática que se coloca é: como o discurso neoliberal provocou mudanças no ensino de história por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil? Para responder ao problema, o fio condutor desta pesquisa foi a objetivação e caracterização das mudanças decorrentes da implementação da BNCC e como elas afetaram o ensino de História. Ao ser condicionada por esta lógica neoliberal, a BNCC cria outra subjetividade, a do *sujeito empresarial ou alto suficiente*.

O neoliberalismo e suas consequências na sociedade atual, se torna importante para pensar o movimento que é feito desde 1988 a 1990 no Brasil, que se encaixa com a primeira etapa da LDB, no qual Vera Maria Peroni ao estudar as mudanças das políticas educacionais analisa esse período como um momento de “privilegio” para as mudanças publicas principalmente na educação, pois se trata de um período de transição e redemocratização da sociedade brasileira. (Peroni, 1999, p81), havendo

várias problemáticas na época, o momento era de debater a importância da educação pública e de qualidade, não diferente dos momentos atuais.

Quando se observa o projeto da BNCC objeto central da pesquisa, finalizado em 2018, uma questão que se coloca é o processo de implementação em seu estado final. O processo foi de forma muito rápida e silenciosa, ocorrendo um certo nível de contradição, pois diante de um processo “democrático” não ouvir as partes que contribuíram com o processo coloca a democracia em outra perspectiva. A respeito disso, Luiz Carlos de Freitas (2018) comenta que: “a democracia é desejável para o (neo) liberalismo, mas não é uma condição necessária” (FREITAS, 2018, p. 25). Com este pensamento, a democracia é reorganizada para os interesses de legitimação de um sistema que está há muito tempo em funcionamento e mostrando suas consequências no dia a dia dos indivíduos que precisam se adaptar à realidade.

Mas analisando algumas questões como a transformação do currículo⁶, este que é apresentado de forma resumida pela cartilha da Rede Pitágoras a BNCC do Ensino Médio que é “o documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todo estudante deve alcançar” (Pitágoras, 2020), dividido em 1800 horas em três anos, é definida por meio de competências e habilidades. As competências são definidas como a mobilização do conhecimento, e as habilidades como as práticas cognitivas e sociais, o ensino médio está organizado por quatro áreas do conhecimento: “línguas e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, e ciências humanas e sociais aplicadas, sendo que cada uma traz competências e habilidades específicas” (Pitágoras, 2020,p3)

Primeira parte é composta por 60% de uma base sólida em relação às disciplinas e os outros 40% de flexibilidade do currículo que são tratados os Itinerários formativos, que serve para complementação da formação do estudante, tratando das áreas estudadas na base sólida nas áreas de conhecimento com o acréscimo do itinerário de formação técnica e profissional, remetendo as lógicas de ensino dos anos 90. Os textos frisando o empreendedorismo como ponto chave deste currículo, como citado em um dos trechos da proposta curricular do Estado da Paraíba: “Desenvolver

⁶ Como definição de currículo: “o conteúdo fundamental da escola liga –se a questão do saber, do conhecimento, mas não se trata de qualquer saber e sim do saber elaborado, sistematizado{...} currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola” (Saviani, 2020).

práticas empreendedoras no seu próprio processo de ensino e aprendizagem” (PARAÍBA, 2021, p 642), o que faz pensar a ideia deste novo sujeito em formação através da educação.

Em relação ao ensino de História, ele figura como área de conhecimento em conjunto com as outras disciplinas de Humanas e sociais, mas também poderá vir a se transformar em um Itinerário Formativo dentro da área das Ciências Humanas, constituindo-se como parte “flexível” do currículo para a composição da complementação do aprendizado do aluno, a primeira problemática sobre essa questão é a formação dos professores que precisam mudar para se encaixar com esta dinâmica curricular, outra questão seria como se dar o ensino de história e qual limite teria em relação as outras disciplinas.

A produção desse trabalho vai de encontro à tentativa de compreender o contexto atual da educação e a influência neoliberal diante da BNCC, precisamente a reforma do Ensino Médio no ensino de História. Diante da concorrência instalada no mercado de trabalho, a influência em relação a possível escolha dos indivíduos vai de encontro a seu modo de ver o mundo e sua realidade, pois as disciplinas que recorrem a parte flexível do currículo precisam entrar no interesse do aluno para serem escolhidas.

Para pensar essa reforma e implementação da lógica neoliberal no ensino, pode-se dialogar com a obra *A nova Razão do Mundo*, de Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Na obra lê-se um mapeamento histórico do neoliberalismo, passando pelos seus antecedentes no século XVII até o momento contemporâneo e associado diretamente às novas tecnologias de produção de subjetividade. Por sua vez, o texto de Perry Anderson (1995) chamado *Balanço do Liberalismo*, faz um percurso histórico sobre a implementação da agenda neoliberal entre 1979 e 1980, mostrando como esse sistema se projeta na vida dos indivíduos, colocando a mentalidade neoliberal à tona.

Analisando os aspectos empresariais e políticos da reforma educacional, a obra *A Reforma Empresarial da Educação*, de Luiz Carlos de Freitas (2018) argumenta sobre as privatizações ou interferências do setor empresarial na educação pública. Por sua vez, os educadores Tomaz Tadeu da Silva e Pablo Gentili (2015) organizaram uma coletânea intitulada *O Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*,

problematizando o discurso sobre a qualidade total e as estratégias mobilizadas para fazer com que ele se dissemine pelos cotidianos escolares do país como um todo.

Mas outra abordagem proposta por Fernando Cassio e Roberto Catelli Jr (2019) mobiliza análises que recobrem a problemática da fase de elaboração e legitimação jurídico-política da BNCC no livro *Educação é Base? 23 educadores discutem a BNCC*. Os autores analisam o discurso da “falta de qualidade” da educação, como fala Tomaz Tadeu e Gentili (2015), tratando como essa argumentação incentiva a ideia da privatização dos recursos públicos incluindo a educação. Esta privatização emerge como pilar do liberalismo clássico e sua ramificação no neoliberalismo.

Seguindo com o relato e argumentação de professores através da obra de Fernando Cassio e Roberto Catelli Jr (2019), comentando sobre como foi a contribuição dos mesmos e analisando a recepção destas contribuições, adentrando no contexto de implementação da BNCC e problematizando tal processo. Depois de uma introdução sobre o neoliberalismo e sua conexão com a BNCC, relatando agora o neoliberalismo, este se forma como alternativa para superar a crise do liberalismo clássico, trazendo uma nova roupagem para a função do Estado. Em relação ao indivíduo, se tratando de uma nova “arte de governar”, recorrendo às transformações subjetivas para a lógica empresarial, a definição se encontra em debate, principalmente por haver discussões sobre sua existência. Mas, por outro lado, traz uma questão importante: a negligência em relação ao estudo deste fenômeno.

2.1 NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo tem suas bases antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) nas obras de pensadores como o inglês Herbert Spencer (1820-1903). Ao comentar a obra deste autor, Peter Burke (2012) aponta que ele pensa a relação entre o indivíduo e a sociedade em termos de evolução e adaptação. Nisso, a hierarquia social seria fundamentada pelo mérito ou “conquista”.

Para se compreender o neoliberalismo é preciso entender o caminho traçado sobre este liberalismo proveniente do século XVII e que fracassou em longo prazo. O liberalismo clássico, aquele que se trata como *laissez-faire*, atribuído à falta de intervenção estatal e dando ao mercado o sentido de livre comércio, teve seus anos

de crescimento, mas precisou ser reformulado, posteriormente. Sobre isso, Laval (2016, p. 36) afirma que:

Essa dilaceração que reduz a unidade do liberalismo a um simples mito retroativo constitui propriamente essa longa “crise do liberalismo” que vai dos anos 1880 aos anos 1930 e que pouco a pouco vê a revisão dos dogmas em todos os países industrializados onde os reformistas sociais ganham terreno. Essa revisão, que às vezes parece conciliar-se com as ideias socialistas sobre a direção da economia, forma o contexto intelectual e político do nascimento do neoliberalismo na primeira metade do século XX.

Dada a crise do liberalismo clássico emergiu uma nova forma de reorganizar a economia e a sociedade a partir das proposições do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Ele forjou o Plano de Bem-Estar Social, política de intervenção estatal para combater a crise de 1929 nos EUA e teve como seu ponto principal o *New Deal*. Esse plano conseguiu alavancar a economia norte-americana e algumas medidas parecidas foram tomadas por outros países, voltando-se para a ideia de remediar o sistema público (ANDERSON, 1995).

Essa crise econômica nos EUA foi desencadeada pela chamada “Grande Depressão” iniciada em 1929, período em que o mundo ainda se recuperava das consequências da Primeira Guerra. Os EUA acabaram esbarrando em sua grande produção que acabou sendo maior do que o consumo, afetando a sua economia. Ao entender o que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) comenta, mostra-se que John Maynard Keynes (1883-1946) autor do “novo liberalismo”, aponta a falha do liberalismo clássico contribuindo com as futuras reflexões econômicas.

O “novo liberalismo” repousa sobre a constatação da incapacidade dos dogmas liberais de definir novos limites para a intervenção governamental. Em nenhum outro lugar lê-se melhor essa incapacidade dos dogmas antigos do que no pequeno ensaio de John Maynard Keynes cujo título já é por si só uma indicação do espírito da época: *O fim do “laissez-faire”*. (LAVAL, 2016, p. 53 - 54).

O que se apresenta nesta nova forma de pensar a economia é a necessidade de olhar para o social, revendo a questão de empregos e a relação de maior influência do setor público. Tal problema será repensado tendo em vista o redesenho de estratégias de melhor funcionamento do Estado e da economia. Ocorre que diante das questões sociais, a problemática que se coloca é o risco em relação à levantada

do socialismo. Por essa razão, principalmente, passa-se a criar formas de evitar este “socialismo” como alternativa de futuro (LAVAL & DARDOT, 2016).

Nisto se vê que o que está sendo construído através destas questões é o conceito de “interferência do Estado” em um momento delicado, pois diante deste contexto há uma série de recorrências em relação ao totalitarismo na época. O socialismo estava em fase de crescimento e expansão geopolítica desde 1917. Cabe enfatizar que o contexto de nascimento do neoliberalismo é objeto de dúvida constante, inclusive por se tratar de uma ideia que não se apresenta promissora no começo.

Mas é fato que no ano de 1938 aconteceu um colóquio Walter Lippmann com o objetivo de promover discussões sobre as questões econômicas e filosóficas. Ali abriu-se uma discussão sobre a revitalização do liberalismo clássico, ou a possível reformulação do mesmo. No ano de 1947 houve outra reunião, dessa vez em Paris, e chamada de Sociedade Mont-Pèlerin. Mais famosa do que o colóquio de 1938, a reunião parisiense teve grande contribuição para a continuidade do pensamento neoliberal.

Mais do que a mera soma de dois eventos, cabe pensar que ali houve dois processos e duas dinâmicas que tornaram possível a retomada de uma agenda econômica singular a partir de 1938. Observando justamente suas divergências em relação ao liberalismo clássico e ao o “novo liberalismo” ou Estado de Bem-Estar Social, os integrantes desse colóquio discutiram justamente as problemáticas em relação ao coletivismo do novo liberalismo ou o chamado de Bem-Estar Social, mapeando divergências entre a nova agenda e a clássico *laissez-faire*. Aponta-se, de imediato, uma crise liberal que seria, por sua vez, parte de uma crise da “mentalidade liberal” como um todo. É nessa conjuntura de crise que a própria constituição do termo “neoliberalismo” se dará.

Aponta-se que uma das razões para a crise liberal estaria na ausência de reflexão sistemática sobre as leis e sua função no Estado. Este defeito de análise, digamos assim, foi objeto de discussão no Colóquio, a fim de reconfigurar o entendimento sobre a organização jurídica do Estado. O interesse nesse tema “das leis” ou da função jurídica do aparelho de Estado teria relação com o próprio “fundamento” liberal de que haveria uma ação natural para corrigir as crises, uma “mão

invisível” que seria constituinte das relações econômicas, mantendo o mercado vivo a partir do princípio da concorrência e com o mínimo de regulação.

Essa reflexão é um ponto de diferença importante entre o liberalismo clássico, para o qual a perspectiva natural das trocas econômicas seria positiva e a intervenção estatal seria negativa – e os neoliberais. Estes, por sua vez, ao criarem uma reflexão sobre a função jurídica do Estado, almejam que este seja um organismo social forte justamente para manter o mercado vivo. Isso indica claramente uma forma reguladora da ação do Estado para com o indivíduo e a coletividade. Aqui há uma reformulação que parte do “governar” para o “empreender”. Assim, estão dadas as condições para a emergência do empreendedorismo de si, construindo a rede de concorrência que movimentava o mercado.

Em 1944 é lançada a obra *O caminho da servidão*, escrita por Friedrich Hayek (2010). Ao longo dos anos iria se tornar um pilar para o pensamento neoliberal, trazendo a reflexão sobre o nível de competitividade no tempo atual, e sua perspectiva dentro da formação do indivíduo com sua liberdade econômica e política. Hayek tem o seu pensamento voltado para a liberdade do indivíduo e isso chama a atenção do autor Luís Carlos de Freitas (2018) quando este aponta os seguintes aspectos:

A social democracia, o socialismo e o nazismo eram produtos das deturpações das teses do liberalismo clássico, e deveriam ser combatidas – incluindo a tese nascente do Estado de Bem-estar social que duraria até o início dos anos de 1970... e somente pode haver liberdade, no seu sentido pleno, se houver liberdade econômica, livre mercado e garantia de direito de cada um acumular propriedade privada, por seus méritos” (FREITAS, 2018, p. 19).

Os pensamentos de Hayek (2010) e de Von Mises (2009), assim como do grupo austro-americano de intelectuais dedicados ao tema em questão, articula-se a uma problemática da liberdade individual contra os poderes totalitários. Isso redefine as funções do Estado visto como um Estado forte, controlando a existência da concorrência para o funcionamento da lógica de mercado. Contudo, vale recordar que o contexto no qual estes homens escrevem é marcado pela crescente oposição entre capitalismo e uma “ameaça” comunista cada vez mais crescente e proveniente do leste europeu.

Dentro deste debate apontado por Perry Anderson em *O Balanço do Liberalismo* (1995), ressalta que Hayek apontava o poder sindical como a falha neste sistema. Nisto se observa justamente a demora da adesão de suas ideias, pois “[...]”

tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas” (ANDERSON, 1995). E isso nos anos de 1970, uma década depois, e esses “remédios” ainda eram utilizados. Entre 1979 e 1980 que se encontra a oportunidade de se instalar o neoliberalismo, mas precisa-se entender que a lógica neoliberal não foi aceita de imediato, quando se observa as questões da época, se percebe que as mudanças foram gradativas.

Em 1973 no Chile acontece um golpe, derrubando o governo democraticamente escolhido de Salvador Allende, no qual se instala uma ditadura governada pelo general do Exército, Augusto José Ramón Pinochet Ugarte⁷, passando dos anos de 1973 aos anos de 1990, como relembra Freitas, (2018) Hayek um dos pensadores do neoliberalismo apoiou de forma aberta este regime, no qual foi colocado pelo autor:

Não podemos esquecer que Hayek mentor do neoliberalismo, visitou o Chile durante a ditadura militar de Pinochet e, em carta ao The Times, afirma não ter conhecido nenhum chileno que houvesse dito sob Pinochet havia menos liberdade do que sob Allende, o presidente deposto pelo sangrento golpe militar. (Freitas, 2018 p25)

No caso do Brasil essa agenda emerge como a solução das crises ou do mal funcionamento do setor público que se apresenta falho. Isso contribuirá para uma estigmatização da crítica ao setor público, desfavorecido em relação ao setor privado como modelo de eficiência. Exemplo disso se expressa no problema do analfabetismo, quando se colocou a culpa no sistema educacional público, indicando posteriormente a terceirização ou privatização da educação como melhor alternativa para “solucionar” o problema.

Essas transformações no pensamento neoliberal a partir dos anos 1970 e 1980 funcionaram para que este sistema continuasse influenciando os processos econômicos também na América Latina, a exemplo do governo de Fernando Henrique Cardoso que nos anos 1990 implementou no Brasil uma agenda marcadamente neoliberal. Acerca dessa nova roupagem do neoliberalismo, Silva

(2015, p. 13) indica que

O que estamos presenciando é um processo amplo de redefinição global de esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos

⁷ Augusto José Ramón Pinochet Ugarte nasceu em Valparaíso, no Chile, em 25 de novembro de 1915. No dia 11 de setembro de 1973 as ações militares aconteceram cedo, e logo a Marinha se rebelou na cidade litorânea de Valparaíso. Em Santiago, as tropas tomaram as ruas, diante disso. O presidente Salvador Allende se recusa a se entregar com vida contra os golpistas e se suicida, ainda no Palacio La Moneda, sede do governo.

de significação e representação são utilizados para recriar um clima favorável à visão política liberal (SILVA, 2015, p. 13).

Neste contexto deve-se compreender que pensadores como Hayek estavam dedicados a entender e propor alternativas à crise econômica. As questões sindicais e o movimento operário, são apontados como falhas para o sistema. Nisso as medidas de rompimento com os sindicatos, o aumento do desemprego, deixando muitos assalariados em condições difíceis. Entendendo que esse novo modo de ver a economia e a sociedade traria ao capitalismo resiliência, para vencer suas crises, o sistema de capital teria que ser transportado para outra área, trazendo esta forma resiliente para a sobrevivência do mundo do capital.

Em tal contexto seria necessário manter o Estado forte para o combate das redes sindicais. Além disso, seria preciso instrumentalizar sua força através de leis para dar o fundamento às ações estatais em relação ao mercado. Fenômeno que torna flexível e necessariamente adaptável os indivíduos às regras criadas no mercado para manter a concorrência e o mercado ativo, no caso regras criadas por esse sistema para remodelar os indivíduos em questões individuais para adaptar-se a essas conjunturas.

Diante destas questões e, principalmente, pelo contexto atribuído ao nascimento deste sistema, a reformulação política e econômica era necessária, rompendo com os governos totalitários, apesar que os mesmos pensadores que atribuíam o problema com os sistemas totalitários, se colocam como apoio de alguns sistemas como Hayek que ficou mais próximo de Pinochet através da escola de Chicago e segundo Freitas, (2018) Friedman apoiou o combate a inflação chilena, mas se manteve mas distante. A possível pacificação e liberdade prometida pelo neoliberalismo vai na direção de uma instalação de um Estado desmantelado, por ter uma relação do público-privado em estreita relação, para manter a máquina do capital, mas dessa vez adentrando em áreas particulares da vida humana.

No Brasil, com as questões ferventes ainda sobre a guerra fria e a possível retomada do comunismo. A implantação do sistema neoliberal seria uma medida intelectual e tardia para evitar essa aproximação, algo que esteve ancorado nas propostas de um homem como Hayek (2010), um dos pensadores que influenciou os EUA nesse contexto. A participação de Hayek ocorre em razão do convite de um

escritor da época de 1977 a 1981, Henry Maksoud⁸. Deve-se ressaltar aqui, embora de modo breve, os regimes ditatoriais como aquela ocorrida no caso chileno favoreceram a efetivação do neoliberalismo (FREITAS 2018).

Na discussão sobre o neoliberalismo e sua moldagem da subjetividade humana, configurando o sujeito humano como um sujeito “empreendedor”, insere-se “*praxeologia*”⁸ de von Mises. O que se observa por este conceito de acordo com pensadores austro-americanos é a construção de um novo sujeito, este que será concebido através do estabelecimento da concorrência para agir no mercado. Mercado esse que precisa ser trabalhado para propor a concorrência. Trata-se de um modelo empresarial em que o investimento em si mesmo é um verdadeiro pilar.

Como irá comentar Tomaz Tadeu da Silva:

[...] é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal (SILVA, 2015, p. 12).

Dialogando com Silva (2015) conseguimos demonstrar que como ferramenta de disputa e implementação da ideia neoliberal, acredita-se que a educação entra em modo de reformulação para moldar a formação humana. Esse senso de liberdade se coloca como apontamento perigoso para a formação humana, pois como questão temporal e cultural, as ideias atribuídas a essa teoria pode ser nociva à formação subjetiva do indivíduo. Isso pode gerar anomalias recorrentes para os tempos atuais, como doenças psicológicas, ou o próprio aumento da violência quando se trata do coletivo, por estar alienando o indivíduo de sua realidade, interferindo na forma como ele age em sociedade.

Então pensando sobre a questão de Mises com a Praxeologia que irá ser o estudo da prática humana e Laval e Pierre traz com grande propriedade este tipo de estudo:

Esse autogoverno tem um nome: *entrepreneurship*. Essa dimensão prevalece sobre a capacidade calculadora e maximizadora da teoria econômica padrão. Todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse “empreendedorismo” humano (LAVAL, 2016, p. 144).

⁸ Maksoud é formado em engenharia pela Universidade Mackenzie, mas seu principal foco de ação sempre foi o setor empresarial. Fundou a empresa Maksoud Plaza Hotel, em São Paulo, e a empresa

de engenharia Hidroservice. Também é autor de vários escritos sobre política e economia, tendo suas ideias herdadas da Escola Austríaca.

⁸ Termo usado por Von Mises, para tentar explicar de forma metodológica a estrutura da lógica da ação humana.

Diante da lógica trazida por Mises, que havendo essa conexão com o extra econômico, a forma de decidir a melhor oportunidade na vida vai ser o diferencial deste sistema, pois o *mercado como o formador de si* (LAVAL, 2016, p 144) é o aproveitar das oportunidades de se adaptar, de testar suas faculdades por meio da liberdade de escolha. Tal oportunidade se coloca no centro do empreendedorismo de um capital humano que pode ser definido como: “componentes inatos e outros adquiridos” (Rosa, 2009). Significando a ideia de que o indivíduo composto por sua biologia e seu vínculo social, pode compor um material genético e intelectual para formar uma “máquina” para empreender e enfrentar a concorrência.

Por meio desse sentido empreendedor, a teoria de Spencer citada anteriormente se colocará como aquele que irá reformular a concorrência, essa que é colocada como ponto incentivador da existência da rede de mercado. Há um sentido seletivo para aqueles que estão mais aptos à concorrência. E essa questão apresentada por Spencer era bem mais visível no século XIX, mas hoje se efetua nas entrelinhas da autogestão e no sentido da competição (LAVAL, 2016): “o evolucionismo biológico de Spencer, embora pareça muito datado a certos neoliberais, a ponto de frequentemente “se esquecerem” de mencioná-lo entre suas fontes de referência, exceto para rejeitá-lo, deixou uma marca profunda no curso posterior da doutrina liberal” (LAVAL, 2016, p. 47).

Trata-se ainda de uma sociedade na qual a própria relação do indivíduo com o conhecimento passa por transformações consideráveis. Neste “jogo os indivíduos recorrem à necessidade de renovar seus saberes em prol de acompanhar as renovações tecnológicas e sociais. O sentido de empreendedorismo entrará no campo educacional como forma de incentivo para concorrer com suas competências e habilidades na sociedade de mercado. Neste sentido, vale recordar que Friedman (1995), um possível pioneiro da relação do capital humano e a construção da sociedade do conhecimento, apresenta uma construção para o sentido da lógica mercadológica escolar nos EUA em 1950. Elabora-se, assim, uma forma de

“Mercado Escolar” que através de “cheques” distribuídos pelo governo para os pais gera a “escolha” da “melhor” escola para os seus filhos.

A competitividade não se restringiu ao indivíduo como se pode observar, mas também às instituições. Neste caso, as instituições de ensino que se colocam à disposição de medidas para conferir sua qualidade no campo educacional para se posicionar na rede de competência, trazendo como exemplo as instituições norteamericanas. No caso do Brasil as circunstâncias se apresentam com o sentido de o ensino público ser precário e o privado ter seu funcionamento mais adequado, preconizando a educação inclusiva para os indivíduos mais pobres.

Por meio desta questão da competitividade e, principalmente, por meio da questão trazida para medir a qualidade da educação, precisa se pensar qual a importância da educação hoje. Se a medição da qualidade educacional for restringida só pela linguagem e pela matemática, o que está sendo relacionado à formação social e crítica não está sendo refletida nessas medidas de desempenho. Estas, por sua vez, em grande escala trazem informações que precisam ser refletidas não de acordo com a “forma-empresa”, mas vista a partir da ótica dos profissionais da educação.

O que precisa se entender é que a transformação para um sistema neoliberal no Brasil se dá de forma tardia retomando a data de 1990, a volta desse sistema vai da falsa ilusão que nos governos petistas havia se rompido com essa lógica. Isso se instaura com mais velocidade com a chegada de Michel Temer à presidência. Acerca disso, Tomaz Tadeu da Silva (2015) comenta estratégias que interlaçam essa mudança de poder:

Construção da política como manipulação do afeto e do sentimento: a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada [...] são todos os elementos centrais importantes do projeto neoliberal global (SILVA, 2015, p 14-15).

Pensando a função das medidas publicitárias trazidas pelas estatísticas, funcionando como estratégias para o convencimento da possível ineficiência do servidor público e, conseqüentemente, da política pública do governo anterior, Michel Temer e Mendonça Filho trabalharam para trazer “qualidade” à educação. Dentro de tal contexto vale ressaltar:

Essa orientação a favor de um “mercado escolar” dominou as políticas de reforma escolar no mundo a partir dos anos de 1990, em graus diferentes conforme o país. Isso não deixou de ter consequências para a fragmentação dos sistemas educacionais e a diferenciação dos locais e dos modos de escolaridade, de acordo com as classes sociais (LAVAL, 2016, p. 219).

Entendendo as especificidades que são atribuídas a cada país, o Brasil apresenta recorrências de estatísticas que são problemáticas. Põe à disposição números que concretizam a falha nos servidores públicos em relação à educação pública, algo apresentado como “desculpa” colocada pelo Ministro da Educação Mendonça Filho, quando disse: “Para mim, qualquer mudança na área de educação é relevante e a urgência está determinada a partir de dados estatísticos”.⁹

Recorrendo a essas medidas de análise, se coloca a problemática em que a educação está imersa na lógica mercadológica e empreendedora. Nisto, o indivíduo em formação não é privado do conhecimento, pois diante da perspectiva do capital humano o indivíduo necessita do conhecimento para poder melhor competir no mercado. Aqueles com menos capital humano se apresentam em um *status* inferior dentro dessa sociedade.

O capital humano, trabalhado por questões de aprimoramento do indivíduo, se coloca à disposição daqueles com capacidade de concentrar o maior nível de habilidades e competências, estes que fazem do indivíduo neoliberal uma empresa flexível e competente para se adaptar às mudanças de mercado. Recorre-se até mesmo às questões emocionais e profissionais para pensar o modelamento nesse indivíduo. O sujeito empresário de si mesmo neoliberal se coloca à disposição de si mesmo, se empreendendo em seu próprio benefício, anulando possível relação a questões sociais apontadas por indivíduos em posição de fragilidade de ascensão social.

3 EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em 1988 estava em curso o processo de redemocratização no Brasil, após 21 anos de ditadura militar. A emergência de uma nova Constituição trouxe a necessidade de repensar a importância da educação para a sociedade brasileira.

⁹ NASCIMENTO. Luciano. Temer defende reforma do ensino médio por meio de medida provisória. Agência Brasil. 20/12/2016: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/temer-defendereforma-do-ensino-medio-por-meio-de-medida-provisoria>.

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), em sua XI Reunião Anual Por Novas Bases e Diretrizes da Educação Nacional, sugeria o tema: “Em Direção as Novas diretrizes e Bases da educação Brasileira” (ANPEd, 1988). Reuniu-se para debater a direção da educação brasileira. Regida por pesquisadores que eram a favor da educação gratuita e que estavam dispostos a pensar as necessidades de seu tempo.

Observando o boletim como documento para entender o contexto do debate da época, percebe-se que ele apresenta temas com as falas de cada participante na reunião ocorrida entre os dias 25 e 29 de abril de 1988 na cidade de Porto Alegre. Há uma ressalva interessante em que no documento conclusivo na página 67, no sexto tópico, apontando a necessidade de uma Base Nacional Comum (ANPEd, 1988). É um trecho importante, pois diante da perspectiva apresentada a educação brasileira para a sociabilidade daqueles que precisavam de um maior acesso à educação, seria necessário garantir a educação como direito para o cidadão. Em um período de democratização, democratizar a educação seria um grande passo também. Ali já se percebia a importância da relação entre o trabalho e a escola (ANPEd, 1988).

Diante do contexto de democratização, o momento era de debate para observação e implementação dos direitos dos cidadãos. A sociedade brasileira passou a pensar as necessidades que seriam necessárias para o desenvolvimento para a sociedade brasileira. Diante disso a constituição de 1988 mostra como a educação virou direito de todo brasileiro e, conseqüentemente, como e para que seria essa educação. Em seu artigo 205, preconiza-se: Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998).

Diante das perspectivas apresentadas, onde se traçaram planos de erradicação do analfabetismo e aumento da qualidade da educação, ocorrendo uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 1992 o Senador Darcy Ribeiro apresenta um projeto de LDB que foi aprovado em 1996 na forma da lei 9.394/96.

Visava-se uma renovação da educação na época, colocando em vigor práticas democráticas na gestão escolar, vários projetos de valorização do magistério e medidas para permanência aos ingressos e maior adesão ao ensino básico. Posteriormente, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),

documentos normativos e norteadores para os currículos. Ressaltando a funcionalidade da LDB e dos PCNs, algumas questões se apresentam como decisivas para o posicionamento das medidas educacionais futuras:

A atual LDB estabelece o reconhecimento de estudos e experiências obtidas pelo aluno fora da escola regular. Apesar destas inovações, a educação continua sendo uma das grandes responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais. Ainda se verifica de forma acentuada, a valorização do saber teórico sobre o prático (MELO, 2012, p. 90).

O que vale salientar é a importância de se entender que a educação brasileira precisa de mudanças. A falta de ligação em relação ao que é teórico e o que é prático é uma problemática que iremos retornar mais à frente.

Mas voltando a LDB, em seu artigo 1 diz:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Olhando para os campos de construção da LDB, que na sua abertura trata da importância dessas diretrizes que irão ser a base de direção para regimentar o campo educacional e, principalmente, olhando para história da educação no Brasil e sua constituição democrática, precisa-se colocar dentro da contextualização temporal para compreender esse processo atual. Diante disso, Fernando Cassio indaga: “Existe vida fora da BNCC?” E comenta: “Primeiro porque o termo Base Nacional Comum tem sido utilizado no campo educacional desde, pelo menos, a década de 1980” (JR, 2019, p. 20).

3.1 NEOLIBERALISMO E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DA BNCC

O ensino do século XXI no Brasil adentra em um novo paradigma, montado através de uma rede que projeta o currículo nacional escolar, que no Brasil é um grande campo de disputa, por meio da perspectiva neoliberal. Esta lógica, como temos traçado aqui, não se reduz a uma organização econômica, mas adentra a questão social, subjetiva e, possivelmente, emocional dos indivíduos. Diferente das questões

atribuídas à formação profissional de tempos atrás a BNCC e o Novo Ensino Médio se direcionam por meio de competências que se direcionam para o mercado de trabalho.

Para compreender essa nova roupagem é preciso entender a essência do neoliberalismo no Brasil que tem suas raízes retomadas desde 1938. Tratava-se de outros campos de disputa como na Europa e nos EUA. Na América Latina esse modelo se torna vigente com a abertura política no Chile, por exemplo. No caso mais recente da ofensiva neoliberal no Brasil, visa-se impor um rol de mudanças, como sugere o ministro José Mendonça Filho.

Pensando de forma estatística as supostas mudanças da educação, o plano seria avaliar a qualidade da educação através de avaliações padronizadas, que com um nível de larga escala, acentua a competitividade, que por lógica não ajudaria a resolver problemas locais (JR, 2019). Observa-se um país, que no mercado de trabalho pensa na melhor qualificação de novos trabalhadores, atribuindo a um campo competitivo enorme. Não havia um esquema para combater essa falta de qualificação para a maioria dos jovens e através desse ensino, da BNCC e do Novo Ensino Médio, configurado por meio de instrumentos como a Medida Provisória (MP) 746/16 e sua transformação na Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017.

Em uma das falas do Ministro da Educação Mendonça Filho, aonde o mesmo apresenta o contexto de grande sucateamento do ensino brasileiro, destaca: “Para mim, qualquer mudança na área de educação é relevante, e a urgência está determinada a partir de dados estatísticos”.¹⁰ Em entrevista no palácio do planalto com a presença de Michel Temer, coloca em questão a importância de mudanças.

Estas mudanças, apontadas por Mendonça Filho foram questionadas pelos profissionais da educação, silenciados pelo próprio engano de suas participações nas pesquisas (JR, 2019) desde o anúncio da MP. O processo apresenta pontos cegos em meio as determinações apontadas pelo governo, como mostra a análise feita por Fernando Casio (JR, 2019). Tendo observado as datas e os caminhos das transmutações há uma série de silêncios dentro deste processo. Apesar de ser chamado de “processo democrático” e “participativo”, não se vê a presença significativa, por exemplo, dos profissionais da História que levaram seus

¹⁰ Nascimento, Luciano. Temer defende reforma do ensino médio por meio de medida provisória. Agência Brasil. 20/12/2016: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/temerdefende-reforma-do-ensino-medio-por-meio-de-medida-provisoria>

representantes para as reuniões, mas que não tiveram suas informações realmente ouvidas e consideradas.¹¹

Com a implementação da BNCC sendo concluída em 2018, várias revistas no campo empresarial comemoram tal feito e este é um ponto interessante para se ressaltar, pois diante de uma questão pública, a educação passa a ser pensada, ou pelo menos se tem um olhar privatizador, em retorno econômico, afetando a linha do sistema educacional. Diante desta comemoração a solução parecia vir para o campo econômico diretamente (JR, 2019). A BNCC mal colocada em vigor é comemorada por revistas no campo empresarial como O jornal *Valor Econômico* e as revistas *Exame*, *Isto É Dinheiro* e *Época de Negócios*.¹² O olhar para educação muda a partir de então, observando a comemoração das revistas empresariais, um avanço econômico iria ser proclamado.

A BNCC precisa ser definida e pensada em relação a sua importância: “é saber que a BNCC não é o currículo, mas o instrumento que define as aprendizagens essenciais que todo aluno – de escolas públicas e particulares de todo o país¹³” serão direcionados para sua formação, mesmo não sendo de forma obrigatória, se deve pensar o que irá acontecer se o pensamento mais rentável economicamente é aderir tal sistema. Por meio disto, todo o território nacional estará sendo influenciado por esta base que centraliza como instrumento o que será passado em sala de aula, mas as discussões se colocam em relação a como esse instrumento foi produzido em recorrência de Medidas Provisórias e leis, o que se passa por trás de tais ferramentas?

O que se aponta em relação às medidas provisórias e a BNCC é a influência do neoliberalismo em querer refazer subjetividades para a lógica de mercado, a Base como documento de normatização educacional, que tem um potencial como modo de formação em longo prazo para essa lógica que se coloca para a construção de um sujeito apto a viver no século XXI. Século este que adentra por um período volúvel e flexível, que necessita de ter um certo nível de adaptação de acordo com os estudos. O sujeito neoliberal se coloca à disposição para vivenciar e despertar um sujeito

¹¹ Associação Nacional de História – AnPuh Brasil. História no Ensino Médio: Reforma, BNCC PNLD 2021. <https://youtu.be/ZB92f7eZPFw>

¹² QUINTANILHA, Daniela. Novo Modelo do Ensino Médio: Entenda as mudanças que chegam em 2022. 12/01/2022. <https://www.istoedinheiro.com.br/novo-modelo-do-ensino-medio-entenda-asmudancas-que-chegam-em-2022/>

¹³ NEVES, Mozart. Base Nacional Comum na Prática. 13/03/2019 <https://istoe.com.br/bncc-na-pratica/>

“*empreendedor de si*” (LAVAL P. D., 2016). A Base emerge como regente educacional ao apontar como o empreendedorismo do conhecimento pode estar nesse caminho.

Adentrando mais a fundo na BNCC, o item 3.5 define os Itinerários Formativos (IF), estes que serão ponto flexível do currículo. De acordo com a Caderneta Guia do Novo Ensino Médio desenvolvido pela rede Pitágoras, caderneta para resumo de explicação como um possível auxiliar para se entender de forma resumida esse Novo Ensino Médio. Foi desenvolvida como um folheto eletrônico para a divulgação e melhor aceitação popular.

Há um movimento de grupos privados para interpretar e transmitir o que é falado na Base como a própria Rede Pitágoras. Com isso visa-se facilitar a transmissão e aceitação. Partindo um pouco da prática para se tentar compreender esse novo sistema de ensino, será da escolha do aluno sua área do conhecimento flexibilizando o conhecimento a ser ofertado. Isso adentra na questão do empreendimento individual, pois o indivíduo irá investir em uma área do seu interesse.

O que é colocado para o século XXI, e com a rede de comunicação e as novas tecnologias em grande efervescência e desenvolvimento é a adaptação dos indivíduos a essa realidade. Recorrendo a isso, a educação brasileira por meio da BNCC se coloca à disposição para instruir os indivíduos. Prepara os indivíduos para o mercado de trabalho em que o indivíduo vai se autogerenciar. Algo que a princípio pode ser até positivo, mas ao refletir sobre isso, Laval e Dardot comentam: “especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição” (LAVAL & DARDOT, , 2016, p. 325).

Olhando para questões em relação à melhora na qualidade do ensino, no caso do Brasil se tem o desafio da evasão escolar, comprometendo a formação escolar do cidadão brasileiro. A função salvífica da BNCC que não olha para as diferenças possíveis, mas que homogeneiza o tratamento de qualidade da educação por meio de números, desqualifica as especificidades que precisam ser pensadas para o melhor trabalhar na educação. Na problemática dos números, pode otimizar as avaliações, mas de certa forma há problemáticas que estão sendo negligenciadas. Que a escola regida como empresa funcionará de tal forma, o indivíduo formado por esta instituição será também uma empresa pronta para a concorrência.

Dentro do contexto de 2016 e 2018, período esse de tramitação da base foram feitas várias reuniões para saber publicamente o caminho da educação básica. O debate sobre a BNCC se pretendeu democrático, mas a sua implementação foi repleta de equívocos (JR, 2019, p.27). As pesquisas públicas desde sua primeira versão teve uma contribuição de 12 milhões de participações, sendo que no Brasil existia na época 2,2 milhões de professores nas redes públicas e privadas, de acordo com o Censo Escolar de 2017.¹⁴

Constatando esses números, quem está pensando a educação brasileira? Ou através dos métodos atribuídos as análises destas contribuições, houve uma efetiva contribuição? De acordo com a Lei n. 12.527/2011¹⁵ que garante essa análise de dados, constata-se que para as possíveis contribuições cada professor que somando os contribuintes daria 143.928, tendo um percentual maior que 8400% do que realmente foi contribuído (JR, 2019, p.27).

A problemática sobre a forma como foram feitas as consultas precisa ser ressaltada. A possível dificuldade com a análise textual de cada contribuição, percebendo a possível falta delas, ou com a questão trazida ao número de contribuições efetuadas e notificadas pelo MEC, como analisar todos esses textos que cada representação por disciplina forneceu, teve ou não a exatidão em suas contribuições? Pois diante das contribuições do qual Fernando Casio ressalta:

Utilizando questionários abertos e de múltipla escolha, em diversos turnos, foram coletados comentários e sugestões por componente curricular e por etapa da Educação Básica. As planilhas de sistematização por estado e o relatório – síntese das contribuições, produzidos por Undime e Consed, mostram um grande número de críticas aos textos introdutórios, mas engajamentos desiguais nas contribuições referentes aos componentes curriculares. A partir dessas contribuições é que teria sido produzida a terceira versão da Base (JR, 2019, p. 28).

O que foi feito através dessas pesquisas foi a terceira versão da Base, que implementa a noção de competências, que se coloca como rompedora do antigo modelo de ensino apontado como aquele que simplifica o conhecimento em níveis de memorização e dificulta a implementação na vida prática. Questões debatidas desde 1990, as competências como linha de ensino teriam mudado com as questões do

¹⁴ Administrador. De olho nos Planos. 31/01/2018. <https://deolhonosplanos.org.br/microdados-censoescolar-2017/#:~:text=Dos%20%2C%20milh%C3%B5es%20de,2%2C5%25%20desde%202015>. ¹⁵ Citando uma o II Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

tempo presente? Tempo este, que se mostra totalmente tomado pela lógica mercadológica, aonde na vida social e econômica se mostra um grande nível de concorrência, mostrando a necessidade de adaptação dos indivíduos.

O conceito de competências se transfere da questão empresarial para escolar. Mas o caminho para a formação na vida prática dentro de uma lógica empreendedora se coloca como problema, pois outro engano sobre a “inovação” da BNCC seria a ideia de direitos de aprendizagem. Hoje se coloca como ponto de inovação a mudança de olhar em relação à linguagem da educação para a linguagem da aprendizagem: “ele é, sobretudo, um deslocamento político, em que um projeto coletivo (educação) vai se fragmentando e paulatinamente transformado em um projeto individual (aprendizagem mensurável nas avaliações)” (JR, 2019, p. 33).

Recorrendo a essa questão de um projeto individual, baseado em uma aprendizagem que é regulada por avaliações, traz uma problemática importante, a preparação do indivíduo para sua saída da escola para a vida adulta. Questão pertinente no Brasil, a difícil escolha de adentrar no ensino superior ou se colocar no ensino técnico e buscar uma vaga no mercado de trabalho antes de uma qualificação acadêmica. A BNCC coloca em seus itinerários a formação técnica, questão trazida desde 1990, que volta às questões anteriores na educação brasileira, podendo se colocar como um modo de escolha para seguir um “projeto de vida”, este que também se coloca à disposição dentro da Base.

Olhando para a proposta curricular do Estado da Paraíba, aonde será aplicado a BNCC no ponto 2.4, em que se trata diretamente do IF das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, lê-se que: “estudar as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas se apresenta como uma perspectiva de autoconhecimento e de respeito à alteridade para coexistir em um mundo cada vez mais plural e globalizado” (PARAÍBA, p 382 2021).

Pensando sobre a questão real, em que a maior influência é a individualização para uma concorrência. O documento diz ainda que “[...] a sociedade contemporânea se depara com os desafios de lidar com o uso adequado das novas tecnologias na escola, no trabalho, nas relações sociais e nas relações pessoais” (PARAÍBA, 2021, p. 382).

O que se acrescenta neste trecho final, é a ideia de uma nova forma de se relacionar socialmente, o que aponta possivelmente a relação com as redes sociais, ou com outras questões mais pessoais, o que precisa se atentar é a relação possível

de competitividade apontada por escolhas que irão influenciar o desempenho e orientar a vida destes que estão ligados a essa nova subjetividade. Empreender em sua própria vida seria a lógica apontada para sobreviver nesta nova realidade em que no Brasil e no mundo se apresenta. Pensando sobre isso, Barbara Lopes¹⁵ comenta:

Para além de possíveis interesses econômicos imediatos, trata-se de uma ofensiva neoliberal no nível mais profundo da imaginação e da produção dos sentidos e significados da educação. Ou seja, considerando não apenas os aspectos materiais da escola, mas o conjunto de relações sociais que ela abriga [...], como uma racionalidade que vai além de um sistema econômico, em que todos os campos, mesmo os que não geram riqueza financeira, são submetidos a técnicas e práticas de mercado (JR, p 55 , 2019).

Recorrendo a prescrever esse novo olhar para educação, a influência neoliberal, ou podendo chamar de uma governamentalidade empresarial, vai influenciar a vida dos indivíduos desde sua subjetividade. Por meio disso se formará um sistema em cadeia, no qual de forma discreta para muitos, diante da fórmula do sucesso e o movimento feito por esta educação, é formar os indivíduos para se “auto governarem”.

4 O ENSINO DE HISTÓRIA

O campo da História dentro do ensino básico tem suas vitórias e derrotas na construção educacional brasileira. Recentemente a disciplina de História teve grandes perdas de espaço dentro do currículo, o que nos faz retomar a questão sobre o papel do ensino de História na escola e na relação com a vida prática.

E o propósito desta parte do texto é apresentar um pouco da disciplina histórica, que perdendo seu espaço no currículo atual, produzido pela BNCC perde sua função de orientar os indivíduos na vida prática, processo que é recorrente na história da educação brasileira. Dentro da questão apresentada é possível ver contradição dentro da questão neoliberal, pois a criação de uma subjetividade neoliberal vai da questão empresarial e gestora de si mesmo, concepção que a História transcende, pois não se prende ao olhar para si mesmo como construção de identidade, mas também para o outro, vai de uma questão subjetiva, para também uma questão intersubjetiva histórica de orientação da existência (Rüsen, 2010).

¹⁵ Jornalista e assessora da área de Juventude da Ação Educativa. É autora do livro *Semeadores da utopia* (Expressão Popular, 2013), coautora do livro *Jovens e Direito a Educação* (Ação Educativa, 2016) e organizadora de *Somos Todas Clandestinas* (SOF, 2016).

Dentro da construção de reflexão em relação a disciplina, para dar abertura ao debate, dentro de uma questão crucial para os tempos atuais, que é incentivar o ensino de História, nada mais oportuno do que citar um livro que trabalha com essa contribuição para a disciplina, *Apologia da História ou o ofício do historiador* (Bloch, 2001). A própria forma como foi escrito nos conta muito sobre o trabalho histórico e sua responsabilidade diante da sociedade, quando diz: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (Bloch, 2001, p. 65). O que pensar sobre essa citação, se não o ideal de prática para a história, não no sentido de formar indivíduos como mini historiadores, mas trazer à tona na vida dos indivíduos a reflexão da realidade.

Definindo a questão acima, como uma posição sobre o conhecimento histórico como o estudo das experiências de homens e mulheres no tempo, o que precisa ultrapassar o sentido mecânico da atividade humana, mas progredir na parte cognitiva e narrativa. Sobre isso, Roberto Catelli Jr reforça:

É necessário definir que a história é o estudo das experiências humanas no tempo, sendo que a busca pelo passado é sempre alimentada pelo desejo de refletir sobre o presente e, até mesmo, pela possibilidade de transformá-lo. Assim enriquecer um currículo de História significa ser capaz de ter como horizonte a reflexão sobre o presente (JR., 2019 p. 182).

Refletir sobre o presente é uma forma prática de atribuir seu funcionamento na vida cotidiana dos alunos. Sua contribuição à formação daqueles que estão longe do castelo de marfim que seria a universidade como observa Eri Cavalcanti (2021) precisa ser problematizada, pois ao se tornar o local de desenvolvimento de pesquisas e funcionamento da formação docente, responsável por construir o conhecimento histórico, se fazer compreender por aqueles que não são seus pares é algo a ser ressaltado.

O distanciamento destas duas realidades, que no caso é o ensino básico e a universidade, é questão de debate e precisa ser refletido para entender o tamanho das perdas em relação ao ensino de História e as perdas que atribui ao desenvolvimento da disciplina na sala de aula e na vida fora dela. Ao refletir sobre a importância do ensino de história e as consequências através do desenvolvimento da BNCC, Eri Cavalcanti (2021) comenta sobre:

Sabemos que, no ensino médio, sua existência está seriamente comprometida. A permanência, portanto, do ensino de História na educação básica foi duramente golpeada com o dispositivo político dessa lei. Em um movimento de ataques à educação e as ciências humanas em especial, a metáfora do ensino encurralado parece representar um alerta apontando para projetos políticos que ameaçam comprometer a formação crítica de milhares de jovens e destruir a ciência histórica (CAVALCANTI, 2021, p. 33).

Uma questão mais alarmante é apontada aqui com um projeto político contra as Ciências Humanas. Uma das questões trazidas pela BNCC é o projeto de vida que vai servir como orientação para o aluno, em sua trajetória educacional e profissional. Este é apontado como ponto de virada importante para o currículo escolar, pois se trata da reflexão da vida de jovens e adolescentes e sua formação profissional. Através disso a montagem desse projeto de vida é algo que precisa ser problematizado, pois diante da necessidade de entender que o aluno tem uma vida antes da escola, agora a escola através desse sistema se mistura na vida do aluno, e com isso traz ligação com o empreendimento diário que ele faz na sua formação.

Por que citar o projeto de vida nesta parte do texto? O que chama atenção dentro da proposta curricular do estado da Paraíba para o projeto de vida como IF pode ser pensada a partir do seguinte trecho:

A construção de Projeto de Vida, na dimensão de currículo, abrange diversas perspectivas, dentre as quais três são fundamentais: psicológica, sociológica e filosófica. Destacamos as contribuições de autores como Peter Senge, Daniel Goleman e William Damon (2008) no debate referente às competências socioemocionais e sua articulação com o projeto de vida dos jovens (PARAÍBA, 2021, p. 766).

O trecho apresenta três perspectivas para se trabalhar dentro deste itinerário formativo que são: as questões psicológicas, sociológicas e filosóficas. É uma parte torna flexível do currículo, pois diante disto é apontado o projeto de vida como função da escola:

Nessa perspectiva, a escola atua como uma mediadora fundamental no processo de sensibilização dos indivíduos no conhecimento do passado, compreensão do presente e projeção de futuro, considerando sonhos, vontades, expectativas e a importância de cada ser no mundo (PARAÍBA, 2021, p. 768).

Podendo atribuir também uma construção temporal na questão do projeto

de vida aplicada na escola. O tempo para as atividades das Ciências Humanas foi extremamente reduzido, terceirizando a prática social da História para um Itinerário, e como funcionalidade, como seria o tempo de aula para dividir entre as Ciências Humanas e Sociais? Como fica a questão da formação dos professores para essas demandas? E os objetivos traçados como o conhecimento crítico, a orientação na vida prática, que é possível que seja atribuído ao IF de projeto de vida, mas que para as Ciências Humanas traz competências parecidas, será que o projeto de vida vai trazer à tona a autogestão como modo de orientação?

Dentro dos questionamentos levantados, a BNCC foi trazida com outra perspectiva pedagógica, a perspectiva de competências, essas que foram referenciadas nos anos 90 na área empresarial. Na área da educação, as disciplinas passam a ser atribuídas para ensinar competências, estas que vão ser atribuídas para solucionar o problema do ensino tradicional que é remetido ao ensino memorizante, que tem a finalidade de conseguir dar sentido ao saber na vida prática.

Com isso o autor Rüsen,(2010), vai fazer uma observação importante sobre essas questões em relação ao ensino de História:

É por isto que as respectivas teorias psicológicas do aprendizado serão reformuladas em um nível de abstração e serão empiricamente testadas em situações experimentais, as quais não correspondem a especialidade do aprendizado histórico e a sua referência histórica. (Rüsen, 2010 p.41,42)

O autor vai trazer para reflexão a concepção da competência narrativa, que dentro do aprendizado histórico se trata da forma como a história trata sua forma de aprendizado, como uma narrativa, trazendo para a questão de competência a ideia de que a consciência histórica poderá ser utilizada para vida prática através desta competência narrativa como o mesmo fala:

O suprasumo da capacidade que se tem de adquirir, mediante o aprendizado histórico, para a orientação temporal da própria vida prática, pode ser designado de competência narrativa. (Rüsen, 2010, p47)

Voltando a “proposta de ensino de História para o ensino médio”, esta que não ganha um texto específico mais é indicado como uma concepção das Ciências Humanas, mas ressaltando a reflexão novamente de Roberto Cartelli, mostrando as competências da área: “o conjunto de competências é bastante coerente com os

princípios enunciados antes, preocupados com a possibilidade de construir diálogo, indagações e a análise crítica da vida social” (CARTELLI JR, 2019, p. 193).

O mesmo autor coloca em questão a possibilidade importante para refletir a realidade do século XXI (CARTELLI JR, 2019), perpassando a reflexão para a realidade as Ciências Humanas têm um ganho enorme para compor o campo educacional, com propostas como: “participar pessoalmente e coletivamente do debate público” ... “reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade” ...; “analisar as relações de produção” (Brasil, 2017, p. 558). São propostas importantes para a formação do sujeito.

O que perpassa por essas questões que precisam ser esclarecidas, é o campo de conhecimento sendo colocado “em um lugar marginal” (CARTELLI JR., 2019, p. 194). Esse local de marginalidade das Ciências Humanas, conseqüentemente da História, precisa ser repensado. Diante da construção do conhecimento, o indagar sobre a realidade, o orientar-se no tempo, são questões pertinentes à produção de um sujeito. O que estamos colocando aqui em questão é: qual o sujeito que a BNCC como documento normativo vai definir dentro de um currículo produzido pela lógica neoliberal.

O que precisa se pensar diante da influência desta formação para a disciplina de História, essa como “ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2001), é sua importância para a formação humana e sua complexidade. Mas diante das medidas tomadas através da BNCC, o único déficit que importa para esse sistema é o da língua portuguesa e o de matemática, onde 7 de cada 10 alunos tem dificuldade em português e matemática ¹⁶. Mas se esquece da necessidade de pensar as desigualdades sociais, refletir sobre seu próprio pertencimento no mundo.

É necessário fazer uma reflexão sobre o movimento atual em que o mundo passa e, conseqüentemente, refletir o movimento da própria disciplina.

Pensando desta forma Rüsen (2010) vai dizer que: “ainda não foi desenvolvida nenhuma teoria sistemática do aprendizado histórico” (Rüsen, 2010, p41). Questão importante para se refletir, pois desde sua fundação como disciplina a História tem

¹⁶ O diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos, afirma que o Brasil está aumentando a escolaridade, mas sem aprendizagem”. 7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/30/7-de-cada10-alunos-do-ensino-medio-tem-nivelinsuficiente-em-portugues-e-matematica-diz-mec.ghtml>.

dificuldade de refletir sua prática, e não seria diferente no Brasil, como disciplina ela muitas das vezes não é reconhecida como ciência.

As mudanças que estão sendo desenhadas no reordenamento do capital e do trabalho são explicadas sempre em relação à crise de 2008. Uma crise internacional que se instala no banco norte americano Lehman Brothers, um banco que com sua influência permeou uma crise mundial. François Hartog, em seu prefácio ao livro *Regimes de Historicidade*, comenta: “Que palavras ouvimos desde 2008? “Crise”, “recessão”, “depressão”, mas também “mutação (profunda)”. E até “mudança de época” (Hartog, 2015, p. 9), mudança que pode trazer alterações dentro do contexto social presente.

O que o historiador dos regimes de historicidade oferece como reflexão é a importância de olhar ao redor diretamente da realidade social que se apresenta. As palavras citadas neste trecho remetem a uma nova forma de racionalização para neutralizar os possíveis efeitos da crise do capital e, possivelmente, o neoliberalismo, como aponta Laval seria a solução destas possíveis crises. Traria o empreendimento para outras áreas da vida humana, transformando o capital em capital humano (LAVAL, 2016).

O movimento de apontar como solução da crise uma nova realidade, um novo modo de ver a produção do capital e, assim, adentrar aos poucos nas diversas áreas da vida humana são característicos dessa lógica neoliberal. Nisso a “ideia base de projeto de vida é apoiar a juventude nesse processo acelerado de transformação e, por isso mesmo, faz todo sentido que esteja presente na escolarização do mundo contemporâneo” (PARAÍBA, 2021, p. 768). Conforme essa proposta curricular:

O Projeto de vida vem para inovar o currículo, pois só saber o que o estudante já conhece não é suficiente para uma construção significativa. Devemos entender o estudante como uma pessoa com a qual quem estamos desenvolvendo um trabalho de longo prazo, a fim de compreender como o seu projeto de vida traduz os conhecimentos de si mesmo. (PARAÍBA, 2021, p. 769).

O movimento que precisa ser pensando é sobre a realidade do Estado da Paraíba do qual o citado a proposta da mesma, no qual se coloca em cheque a argumentação do regime que propôs a proposta nacional no qual o site oficial do Estado da Paraíba informa os seguintes progressos:

No 9º ano cresceu 5,6%, de 3,34 em 2017 para 3,53 em 2018; 3ª série do Ensino Médio, o crescimento foi de 5,3%, de 3,18 para 3,35 em 2018. As Escolas Cidadãs Integrais tiveram o melhor resultado da rede desde o início

da avaliação, saindo de 3,2 em 2017 para 3,7 em 2018, um aumento de 15%. (PARAÍBA , 2018)

Observando estes números, observa o desenvolvimento das escolas, como escolas Cidadãos Integrais, que é colocada à disposição para possíveis reformas para acomodar os alunos o dia todo, medidas necessárias, mas que precisam ser refletidas para o andamento deste projeto, como as melhores notas nas avaliações virem de cidades pequenas, como no caso da cidade de Olho D'Água que teve uma nota de 7,09 no índice (PARAÍBA , 2018). Os mesmos números que apontam o crescimento das notas dos alunos nas avaliações, também podem esconder vários problemas de infraestrutura, ou mesmo problemas antes de chegar na sala de aula como por exemplo a formação dos profissionais que fica debilitada, principalmente para se preparar para a BNCC.

Voltando a questão do Projeto de vida, observando o olhar agora para a Paraíba, fica claro é a possível influência a longo prazo, em relação ao projeto de vida e esse possível conhecimento de si, mais uma coisa que precisa ser refletida. No campo da História que se coloca como uma análise e compreensão dos homens e mulheres e suas realidades, entende-se que antes que o aluno e aluna chegue à escola ele já tem um conhecimento breve do que seria o seu “eu”, como aponta Jörn Rüsen em relação ao ensino de História: “História como uma matéria a ser ensinada e aprendida tem de passar por um exame didático referente a aplicabilidade de orientar a vida” (RÜSEN, 2010, p. 36).

O autor aponta a didática da História como ponto importante, pois “analisa agora todas as formas e funções de raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática” (RÜSEN, 2010, p. 32). O autor alemão mostra uma solução efervescente para momentos atuais. Antes de chegar na escola os estudantes são bombardeados por informações desde a sua rede familiar até os diversos meios de comunicação como TV, redes sociais digitais etc. A rede de comunicação de larga escala desenvolve este campo de troca de informações, mas o que o autor alemão propõe é a reflexão para estas informações. O projeto de vida que se coloca como compreensão de um projeto do eu, tornará possível a criação de ferramentas para filtrar essa diversidade de informações?

Há perdas da disciplina História em relação à sua presença no currículo

escolar. Essa disciplina auxilia no processo de orientação do tempo e nas ações de vida prática dos indivíduos e coletividades, como Rüsen (2010) mostra, que pelo movimento da consciência histórica e a utilização da memória histórica, o indivíduo se prepara melhor para desenvolver sua consciência moral. E com velocidade dos resultados e toda cobrança acarretada pela concorrência precisa ser refletida por todos os envolvidos no posicionamento em que a sociedade se encontra. Laval e Dardot comentam:

A partir do momento que o sujeito é plenamente consciente e mestre de suas escolhas, ele é também plenamente responsável por aquilo que lhe acontece: a “irresponsabilidade” de um mundo que se tornou ingovernável em virtude de seu próprio caráter global tem como correlato a infinita responsabilidade do indivíduo por seu próprio destino, por sua capacidade de ser bem-sucedido e feliz (LAVAL & DARDOT, 2016, p. 337).

A disciplina História deve contribuir com sua cognição e construção do sujeito crítico, mas com a influência da velocidade e contribuição do neoliberalismo que a globalização o coloca, o indivíduo deve esquecer toda a questão externa atribuída às suas dificuldades e se “responsabilizar” por sua situação atual. Isso gera confronto com o que a sociedade apresenta, pois, responsabilizar os indivíduos por uma realidade que não depende dele mesmo tem dimensões drásticas.

No caso da BNCC se coloca como meta o protagonismo dos estudantes, além de questões ilusórias em relação ao mercado de trabalho, o protagonismo dos mesmos se torna limitado por questões de realidade a serem construídas pelo seu meio de convivência, o que se quer dizer é que, muitas realidades vistas hoje no Brasil, não comportam a competitividade exigida no mercado, entrando em um conjunto desumano ao não dar chance aos indivíduos crescerem intelectualmente e financeiramente por conta dessas condições.

A realidade apontada precisa ser revista e através da reflexão sobre a necessidade de estudar o neoliberalismo, e mapear suas consequências, Tomaz Tadeu da Silva (Silva, 2015) comenta:

A presente ofensiva neoliberal precisa ser vista não apenas como uma luta em torno da distribuição de recursos materiais e econômicos (o que ela também é), nem como uma luta entre visões alternativas de sociedade (1989), mas sobretudo como uma luta para criar categorias, noções e termos através dos quais pode nomear a sociedade e o mundo [...] mas de identificar e tornar visível o processo pelo qual o discurso neoliberal produz e cria uma

“realidade” que acaba de tornar impossível pensar e nominar outra (SILVA, 2015, p. 16).

E o que isso pode afetar o ensino de História? A relação da velocidade de transmissão das informações e a possível adesão da lógica que quanto mais informação tenho mais “conhecimento” ou capacitação adquire passa longe da perspectiva da disciplina de História. O que se apresenta hoje para todos que estão em contato com a rede de informação é que essa se torna mundial. A “realidade” construída pelo imaginário dos indivíduos começa a ser traduzida em uma competição para o melhor empreendedor de capital humano e para o ensino de História na concepção de Rüsen (2010) isso entra em contradição.

Uma das questões apresentadas que podem se tornar algo relevante para aqueles que trabalham com a disciplina na área da docência, mas também na produção acadêmica é a sua função em relação aos métodos de entender as informações transmitidas pelo campo de meios de comunicação. Rüsen (2010), trabalha com essas questões trazendo como campo da Didática da História, repensar essa temática abarcando as necessidades apontadas por nosso tempo:

A aprendizagem histórica é um aumento na competência da orientação. Essa competência se preocupa com a função prática da experiência histórica significativa – isto é, com o uso do conhecimento histórico, que é organizado num modelo de abrangente de sentido, voltado para a organização significativa da vida prática nos processos do tempo, os quais transformam as pessoas e seu mundo (RÜSEN, p 89, 2010).

A transmissão do conhecimento sobre a crítica em relação às informações transmitidas pelos meios de comunicação demanda tempo, algo que a disciplina História perdeu fortemente no novo currículo. A vida prática ganha um sentido diferente na ótica histórica que traz para isso a perspectiva temporal, em que possíveis rupturas e continuidades precisam ser observadas. Como é expresso pela própria BNCC ao citar o historiador francês Jacques Le Goff: “ao se tratar do tempo, o fundamental, como nos lembra Jacques Le Goff, é compreender que não existe uma única noção de tempo e ele não é nem homogêneo nem linear, ou seja, ele expressa diferentes significados (BRASIL, 2017, p. 551).

Um dos riscos para o ensino de História é sua homogeneização com a área das Ciências Humanas, se colocando em uma zona complicada de marginalização. Com isso, precisa-se pensar sobre a importância da História como disciplina

específica e suas perdas na educação brasileira. Diante do sufocamento da disciplina História nesse contexto curricular, aguarda-se ainda por resoluções e diretrizes que virão com o desenvolvimento dessa política escolar que se efetuará até 2030, conforme o planejamento definido.

Embora haja definições e mudanças em curso, também se abre a possibilidade de novos desenhos e outras correlações de força atuando para retomar alguns pontos que estiveram presentes nos debates iniciais da BNCC. O que será da educação brasileira nos próximos anos? Que papel a História e o ensino de História desempenharão nesse processo, diante das correlações de força que se redefinem no tempo presente tendo em vista a negociação de outros atores e responsabilidades nesse processo? Cabe ressaltar a importância da disciplina histórica para a vida prática, contribuindo para a orientação temporal, pois como diria Jörn Rüsen: “Isto, mais do que qualquer coisa, pode dar um novo significado a frase *historia vitae magistra*” (RÜSEN, 2010, p. 40).

5 CONCLUSÃO

Como conclusão desta pesquisa, no qual analisa o discurso da BNCC em conjunto com a complexidade da sociedade que é influenciada pelo neoliberalismo, e as perdas do ensino de história, mostra-se que a influência do sistema neoliberal na BNCC é visivelmente disfarçada por nomenclaturas como “flexibilidade” e “adaptabilidade” para o mercado de trabalho.

Deve-se lembrar que não é a BNCC que está implementando o sistema neoliberal no Brasil, mas desde 1990 houve a necessidade de implementar esse sistema, que para muitos tinha se rompido com os governos petistas, mas que foram prologados tendo suas consequências reafirmadas no governo de Michel Temer, no qual é importante repensar, pois como se trata de algo mundialmente adquirido, o sistema estudado precisa ser melhor compreendido, principalmente pelos educadores.

Por meio disso cabe problematizar as perdas do ensino de História, que se une a outras disciplinas para virar uma área de conhecimento com outras ciências que têm suas particularidades, podendo afetar epistemologicamente cada uma delas como observa Rüsen (2010) que ao observar a realidade pedagógica, colocando em

questão a pedagogia da competência, observa que não foi feito para a disciplina histórica em si, havendo possíveis problemas para se usar por exemplo a competência narrativa atribuída ao aprendizado histórico, havendo também uma diminuição da própria carga horária e do tempo em sala de aula.

Como foi visto, o neoliberalismo se organiza como um sistema que adentra na lógica do indivíduo, influenciando não só a área econômica, mas as áreas em que o indivíduo atua em sua existência. O indivíduo se constitui como empreendedor. E hoje com essa lógica o mundo virou uma zona de competitividade, a vida humana se resumiu a resultados mensuráveis quantitativamente. E na educação não é diferente, pois no diálogo com Silva (2015) se viu como a educação dentro desse sistema se coloca como uma competição em busca de um resultado que precisa ser medido, indicando maior concentração do capital humano (ROSA, 2009).

Analisando a documentação das propostas curriculares do Brasil e do Estado da Paraíba, dois objetos que serviram de base para o estudo, colocou em questão como irá ser o funcionamento desta nova proposta. O neoliberalismo manifestado na sociedade atual é a nova lógica que adentra no imaginário de todos os indivíduos, consciente ou inconscientemente, através de sua formação para empreender o maior nível de formação e informação, mas coloca em xeque o ensino de História como um ensino crítico. Isso ocorre mediante a velocidade da chegada dessas informações que podem influenciar na formação crítica dos indivíduos e comprometer a aprendizagem histórica e sua importância na formação da subjetividade do indivíduo que sem o movimento crítico perde sua orientação.

Com o turbilhão de informações sendo transmitidas diariamente e com as chamadas Fake News que se propagam diariamente, os indivíduos precisam ter sua formação crítica para saber lidar com esses efeitos que diariamente constroem uma realidade complexa e possivelmente mentirosa. O ensino de História tem um papel importante nesse processo que exige novas capacidades de análise, crítica, comparação e produção/disseminação de conteúdos e informações.

Com relação ao neoliberalismo é preciso compreender as consequências psíquicas e sociais que se constroem diariamente, pois a exacerbada competição e o acúmulo de informações reorganizam o jogo social em termos completamente diferentes. A contribuição que procurei trazer seria mostrar o caminho do próprio

neoliberalismo que precisa ser entendido e mapeado, como uma teoria que herda princípios excludentes e divisórios.

O neoliberalismo adentra na área da educação, com uma problemática importante: a formação do indivíduo empreendedor de si. A pressão que alunos e alunas recebem ao ser orientados dessa forma precisa ser repensada, outra questão importante para ser refletida é a formação dos professores, recorrendo a situação atual, os currículos nas universidades não estão preparados para acompanhar a formação dos futuros professores para essa nova BNCC, questão a se pensar como é refletida por Cavalcanti (2021) que comenta sobre o “encastelamento” da produção do conhecimento nas universidades.

Tal lógica é causadora de desigualdade ao não reconhecer os impasses sociais e históricos que condicionam posições de classe social, por exemplo, e mais ou menos oportunidades na vida social. Diante de problemas como o desemprego e a “esperança” que a BNCC coloca em torno do ensino técnico, os indivíduos são moldados para servir de mão de obra subalternizada e mal remunerada.

O ensino técnico que sempre foi realidade na educação brasileira hoje está sendo apoiado por várias empresas e, conseqüentemente, o aluno terá seu poder de “escolha”. Contudo, como se pode observar, aqueles que não têm um capital humano ao seu favor, se coloca à disposição para servir de mão de obra, impossibilitado de escolher ir para a faculdade, por exemplo. No Brasil a prioridade de alguns é trabalhar para sobreviver e com isso se apresenta a realidade do neoliberalismo em sua influência na sociedade e na BNCC, refletindo diretamente no ensino de História que está sempre à beira de se perder por problemas institucionais, mas também políticos (CAVALCANTI, 2021).

Apresentando esse pensamento e concluindo essa pesquisa, entendendo que ela poderá prosseguir para aprimoramento e novas conclusões. O ensino de História precisa ser lembrado não como formadores de mini historiadores, mas como formadores de pessoas críticas em uma sociedade que está sendo reinventada diariamente por narrativas que muitas vezes não têm veracidade nenhuma. Como já alertava Marc Bloch: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não se esgotar – se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65). Esse lembrete nos adverte que

a prática histórica reflete sobre o presente, fazendo do conhecimento uma forma de atitude crítica e propositiva diante do mundo e da vida.

REFERÊNCIAS

Anderson, P. (1995). Balanço do Neoliberalismo. Em E. S. Gentili, **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático** (pp. 9-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANPEd. (1988). **Em direção as Novas Bases da Educação Nacional**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio grande do Sul.

Bittencourt, C. M. (2008). **Ensino de História: Fundamentos e Métodos** . São Paulo: Cortez.

Bloch, M. (2001). **Apologia da História e o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar.

BRASIL. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. (1998). **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

Brasil. (2017). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação.
Cavalcanti, E. (2021). *A História "encastelada" e o ensino "encurralado"*. Curitiba: CRV.

Freitas, L. C. (2018). **A Reforma Empresarial da Educação**. São Paulo: Expressão Popular.

Hartog, F. (2015). **Regimes de Historicidade**. Belo Horizonte: autêntica .

Jr, R. C. (2019). **Educação é a Base? 23 Educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Educação Educativa.

Laval, C. (2004). **A Escola não é uma empresa**. Londrina: Editora Planta.

Laval, P. D. (2016). **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo.

Melo, J. M. (2012). **História da Educação no Brasil**. Fortaleza CE: Coordenação Cassandra Ribeiro Joye.

Paraíba. (2021). **Proposta Curricular do Estado da Paraíba**.

Paraíba, G. d. (2018). *Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba aponta crescimento em todas as etapas de escolaridade**Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba aponta crescimento em todas as etapas de escolaridade*.

Peroni, V. M. (1999). **A Redefinição do papel do Estado e a política educacional no Brasil nos anos 90**. São Paulo: PUC-São Paulo.

Pitagoras, R. (2020). **Guia Novo Ensino Médio**. Rede Pitagoras.

Rosa, S. O. (2009). **Os Investimentos em "Capital Humano"**. Em M. R. Neto, *Para uma vida não - Facista* (pp. 377-388). Belo Horizonte: Autentica Editora.

Rüsen, J. (2010). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: UFPR.

Saviani, D. (2020). Educação Escolar, Currículo e sociedade: O problema da **Base Nacional Comum Curricular**. Em N. d. Julia Malanchen, *A pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular* (pp. 7-30). Campinas-SP: Autores Associados.

Silva, T. T. (2015). A "nova" direta e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. Em T. T. Pablo A.A. Gentili, **Neoliberalismo, Qualidade Total e educação** (pp. 11-28). Petropolis RJ: Vozes.